



Prefeitura Municipal de Vertente do Lério

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021 - Consolidado



Exercício: 2021

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	18.119.817,42	15.615.269,72
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	17.444.710,44	14.409.233,03
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	17.444.710,44	14.409.233,03
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	17.444.710,44	14.409.233,03
1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	675.106,98	1.206.036,69
1.1.3.6.0.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	285.880,60	816.830,31
1.1.3.6.2.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Intra OFSS	285.880,60	816.830,31
1.1.3.8.0.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	389.226,38	389.206,38
1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	389.226,38	389.206,38
Total do Ativo Circulante	18.119.817,42	15.615.269,72
Ativo Não Circulante		
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	15.411.407,57	13.826.517,12
1.2.1.0.0.00.00 - Ativo Realizável a Longo Prazo	958.933,17	182.839,66
1.2.1.1.0.00.00 - Créditos a Longo Prazo	958.933,17	182.839,66
1.2.1.1.1.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Consolidação	263.410,66	182.839,66
1.2.1.1.1.04.00 - Dívida Ativa Tributaria	263.410,66	182.839,66
1.2.1.1.2.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	695.522,51	0,00
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	14.452.474,40	13.643.677,46
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	8.195.167,07	7.722.312,81
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	8.195.167,07	7.722.312,81
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	6.263.037,58	5.927.044,90
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	6.263.037,58	5.927.044,90
1.2.3.8.0.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(5.730,25)	(5.730,25)
1.2.3.8.1.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas - Consolidação	(5.730,25)	(5.730,25)
1.2.3.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(5.730,25)	(5.730,25)
Total do Ativo Não Circulante	15.411.407,57	13.826.517,12
TOTAL DO ATIVO	33.531.224,99	29.441.786,84

Documento Assinado Digitalmente em 2022/01/10 às 10:00:00 por [Assinado] com certificado digital nº 3300767/819



Prefeitura Municipal de Vertente do Lério

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021 - Consolidado



Exercício: 2021

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Atual

Exercício Anterior

Passivo Circulante

2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	1.149.063,31	1.314.996,99
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	972.752,68	1.125.830,00
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	12.916,80
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	0,00	12.916,80
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	972.752,68	1.112.913,70
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	957.061,33	1.107.113,35
2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	15.691,35	5.800,35
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	146.208,33	240.114,45
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	146.208,33	240.114,45
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	146.208,33	240.114,45
2.1.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.253,49	(84.089,24)
2.1.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	18.253,49	(84.089,24)
2.1.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Intra OFSS - União	18.253,49	(84.089,24)
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	11.848,81	33.111,28
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	10.948,81	33.111,28
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	37.414,67	33.163,86
2.1.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	(26.465,86)	(2.558,00)
2.1.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	900,00	0,00
2.1.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	900,00	0,00

Total do Passivo Circulante

1.149.063,31 **1.314.996,99**

Passivo Não Circulante

2.2.0.0.0.00.00 - Passivo não-Circulante	20.599.880,13	3.457.228,92
2.2.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	917.225,63	108.041,90
2.2.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	917.225,63	108.041,90
2.2.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	869.403,11	(18.182,99)
2.2.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	47.822,52	126.244,99
2.2.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	84.089,24
2.2.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	0,00	84.089,24
2.2.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS - União	0,00	84.089,24
2.2.7.0.0.00.00 - Provisões a Longo Prazo	19.682.654,50	3.265.097,78
2.2.7.2.0.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	19.682.654,50	3.265.097,78
2.2.7.2.1.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	19.682.654,50	3.265.097,78
2.2.7.2.1.03.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	21.817.822,20	16.250.767,14
2.2.7.2.1.04.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	34.679.032,42	28.721.812,25
2.2.7.2.1.05.00 - Plano Previdenciário - Plano de Amortização	(36.814.200,12)	(41.707.481,61)

Total do Passivo Não Circulante

20.599.880,13 **3.457.228,92**



Prefeitura Municipal de Vertente do Lério

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

Balancos Gerais - Exercício de 2021 - Consolidado



Documento Assinado em 14/01/2022 por: [Assinatura] Acesso em: 14/01/2022 10:00:00

Conta		Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.1.1.1.01.01	CAIXA	F	543,52	14.409,03
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	84.790,65	0,00
1.1.1.1.1.19.01	0010058270000004096421 (FUNDO M. ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS)	F	123.632,61	0,00
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	3.916.198,60	0,00
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	5.663,71	0,00
1.1.1.1.1.19.01	0010058270000003043281 (FUNDECA)	F	7.718,07	0,00
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	12.765.551,17	0,00
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	523.346,40	0,00
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	17.265,71	0,00
1.1.3.6.2.01.01	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL	F	0,00	704.820,37
1.1.3.8.1.06.01	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	2.602,02	0,00
1.1.3.8.1.08.01	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	97,24	0,00
1.1.3.6.2.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL	P	173.880,60	0,00
1.1.3.6.2.99.99	DEMAIS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER	P	112.000,00	112.009,44
1.1.3.8.1.31.01	OUTROS DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	P	168,75	606,36
1.1.3.8.1.31.01	CRÉDITOS A RECEBER DE PARCELAMENTOS	P	437,61	0,00
1.1.3.8.1.99.01	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	385.920,76	388.522,78
1.2.1.1.1.04.01	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS	P	263.410,66	182.899,66
1.2.1.1.2.06.04	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL	P	695.522,51	0,00
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	P	3.815,00	0,00
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	P	41.600,00	42.089,00
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	P	1.948,00	0,00
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITAL	P	250.907,99	236.608,00
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	P	5.213,00	6.773,00
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	P	1.560,00	0,00
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	P	1.000,00	1.000,00
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	P	7.100,00	7.100,00
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	650,00	77.695,20
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	76.312,20	0,00
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	723,00	0,00
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	410,00	27.411,53
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	9.424,53	0,00
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	18.093,00	0,00
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	399,00	0,00
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	21.542,10	0,00
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	P	164.324,70	120.207,93
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	P	10.781,66	0,00
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	P	36.297,00	0,00



Prefeitura Municipal de Vertente do Lério

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

Balancos Gerais - Exercício de 2021 - Consolidado



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a3ee5828-8158-47aa-ad63-73a0d7c7a819

Conta	Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
-------	--------------	-----------------	--------------------

RENATO LIMA DE SALES
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Vertente do Lério

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021 - Consolidado



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: a3ee5828-8158-47aa-ad63-73a0d7c7a819

Exercício Atual

Exercício Anterior

Atos Potenciais Ativos

Garantias e Contragarantias recebidas

0,00

Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres

0,00

Direitos Contratuais

0,00

Outros atos potenciais ativo

0,00

Total dos Atos Potenciais Ativos

0,00

Atos Potenciais Passivos

Garantias e Contragarantias concedidas

0,00

Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres

0,00

Obrigações contratuais

0,00

Outros atos potenciais passivos

0,00

Total dos Atos Potenciais Passivos

0,00

RENATO LIMA DE SALES
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Vertente do Lério

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021 - Consolidado



Documento Assinado
Digitalmente
Acesse em:
<https://eppf.c7/819>

		Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos			
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	3.209.710,62	2.329.538,27
10920000	Exercício Corrente - Recursos oriundos da Medida Provisória N. 938/20	406.669,30	(283.910,10)
11110000	Exercício Corrente - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação *	(487.502,06)	(255.556,06)
11120000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 60%	(1.515.155,54)	(873.949,44)
11130000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 40%	(78.382,19)	(78.382,19)
11140000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 60% – Complementação da União	938.636,24	322.490,67
11150000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 40% – Complementação da União	545.296,35	214.993,83
14100000	Exercício Corrente – Recursos Vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário	12.762.351,41	(812.708,13)
11200000	Exercício Corrente - Transferência do Salário-Educação	101.733,90	(3.584,17)
11210000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheir	(20,96)	(2,02)
11220000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacion	(2.117,18)	12.183,13
11230000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacion	86.900,04	74.807,74
11240000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Recursos do FNDE	(27.758,78)	19.632,79
11250000	Exercício Corrente - Transferências de Convênios - Educação	(66,08)	0,85
11900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Educação	23.325,79	0,00
12110000	Exercício Corrente - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde *	(67.027,96)	(54.587,06)
12130000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do G	(61.635,06)	(57.763,88)
12140000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do G	(132.660,34)	0,00
12200000	Exercício Corrente - Transferências de Convênios destinadas à Saúde	0,00	20.127,62
12900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Saúde	162.995,04	14.293,62
13110000	Exercício Corrente - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - F	42.693,66	70.043,33
13900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Assistência Social	62.485,00	0,00
14200000	Exercício Corrente - Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	(1.303,54)	11.721.437,16
14300000	Exercício Corrente - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	(26.000,00)
15100000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	0,00	1.591,22
15200000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Est	(494.738,97)	(487.537,54)
19400000	Exercício Corrente - Outras vinculações de transferências	368.305,17	170.496,93
19500000	Exercício Corrente - Outras vinculações de taxas e contribuições	1.254,13	1.351,16
Total das Fontes de Recursos		15.843.987,99	12.038.707,13



Prefeitura Municipal de Vertente do Lério

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021 - Consolidado



Exercício Atual

Exercício Anterior

RENATO LIMA DE SALES
PREFEITO

Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a3ee5828-8158-47aa-ad63-73a0d7c7a819



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Prefeitura Municipal de Vertente do Lério
CNPJ: 40.893.646/0001-60

a.2. Domicílio da entidade

Praça Severino Antônio de Sales, 40
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55.760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Renato Lima de Sales
Cargo: Prefeito
Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021

a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública em geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferência financeira feito pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”.

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

- Prefeitura Municipal de Vertente do Lério
- Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério - FMS
- Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério - FMAS
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério - FUNDECA
- Fundo Municipal de Educação de Vertente do Lério - FME
- Fundo de Desenvolvimento Municipal de Vertente do Lério - FDM
- Instituto de Previdência de Vertente do Lério - IPVEL
- Câmara Municipal de Vertente do Lério

b) Resumo das políticas contábeis significativas

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidência obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superavit/ deficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC no 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

		Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos			
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	3.209.710,82	2.329.536,27
10920000	Exercício Corrente - Recursos oriundos da Medida Provisória N. 938/20	406.669,30	(283.910,10)
11110000	Exercício Corrente - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação *	(487.502,06)	(255.556,26)
11120000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 60%	(1.515.155,54)	(873.949,44)
11130000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 40%	(78.382,19)	(78.382,19)
11140000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 60% - Complementação da União	938.636,24	322.490,67
11150000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 40% - Complementação da União	545.296,35	214.993,83
14100000	Exercício Corrente - Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	12.762.351,41	(812.708,13)
11200000	Exercício Corrente - Transferência do Salário-Educação	101.733,90	(3.584,17)
11210000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheir	(20,96)	(2,92)
11220000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacion	(2.117,18)	12.183,43
11230000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacion	86.900,04	74.807,74
11240000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Recursos do FNDE	(27.756,78)	19.612,79
11250000	Exercício Corrente - Transferências de Convênios - Educação	(66,08)	0,85
11900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Educação	23.325,79	0,00
12110000	Exercício Corrente - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde *	(67.027,96)	(54.587,06)
12130000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do G	(61.635,06)	(57.763,68)
12140000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do G	(132.660,34)	0,00
12200000	Exercício Corrente - Transferências de Convênios destinadas à Saúde	0,00	20.127,62
12900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Saúde	162.995,04	14.213,62
13110000	Exercício Corrente - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - F	42.693,86	70.043,33
13900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Assistência Social	62.485,00	0,00
14200000	Exercício Corrente - Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	(1.303,54)	11.721.417,16
14300000	Exercício Corrente - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	(28.000,00)
15100000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	0,00	1.501,22
15200000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Est	(494.738,97)	(487.537,54)
19400000	Exercício Corrente - Outras vinculações de transferências	368.305,17	170.496,93
19500000	Exercício Corrente - Outras vinculações de taxas e contribuições	1.254,13	1.351,16
Total das Fontes de Recursos		15.843.987,99	12.038.797,13

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 147/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;
- Em atendimento as exigências previstas na Portaria MP nº 509/2013, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 00, dentre os quais a mensuração a valor presente. Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário Sr. (a): Túlio Pinheiro Carvalho, MIBA nº 1626. Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial Ano Base: 2021, Data Base: 31/12/2020.

b.4. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.5. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.6. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Ativo Circulante:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somaram R\$ 18.119.817,42.

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2020 somaram R\$ 15.615.269,72.

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00,00 - Ativo Circulante	18.119.817,42	15.615.269,72
1.1.1.0.0.00,00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	17.444.710,44	14.409.213,03
1.1.1.1.0.00,00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	17.444.710,44	14.409.213,03
1.1.1.1.1.00,00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	17.444.710,44	14.409.213,03
1.1.3.0.0.00,00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	675.106,98	1.206.056,69
1.1.3.6.0.00,00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	285.880,60	816.830,31
1.1.3.6.2.00,00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Intra OFSS	285.880,60	816.830,31
1.1.3.8.0.00,00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	389.226,38	389.226,38
1.1.3.8.1.00,00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	389.226,38	389.226,38
Total do Ativo Circulante	18.119.817,42	15.615.269,72

c.2. Caixa e Equivalente De Caixa:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 17.444.710,44.

1.1.1.0.0.00,00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	17.444.710,44	14.409.213,03
1.1.1.1.0.00,00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	17.444.710,44	14.409.213,03
1.1.1.1.1.00,00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	17.444.710,44	14.409.213,03

c.3. Estoque/Almoxarifado:

O saldo do estoque inicial em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Deste modo, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.4. Créditos a Curto e Longo Prazo:

Tais valores encontram-se abaixo discriminados:

CRÉDITOS DE CURTO PRAZO		CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	
Demais créditos e valores a curto prazo	R\$ 675.106,98	Créditos a Longo Prazo	R\$ 958.933,17
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo – INTRA OFSS	R\$ 285.880,60	Créditos a Longo Prazo - Consolidado	R\$ 263.410,66
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	R\$ 389.226,38	Dívida Ativa Tributária	R\$ 695.522,51

c.5. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registros de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.

c.6. Imobilizado

Imobilizado		
Descrição	2021	2020
Aquisição de bens móveis	8.195.167,07	7.722.312,81
Aquisição de bens imóveis	6.263.037,58	5.927.094,90
Depreciação, exaustão e Amortização	-5.730,25	-5.730,25
Total	14.452.474,40	13.643.677,46

c.7. Intangível

Não houve registros de intangível.

c.8. Passivo Circulante

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.00 - Passivo Circulante	1.149.063,31	1.314.996,99
2.1.1.0.0.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	972.752,68	1.126.830,50
2.1.1.3.0.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	12.916,80
2.1.1.3.1.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	0,00	12.916,80
2.1.1.4.0.00 - Encargos Sociais a Pagar	972.752,68	1.112.913,70
2.1.1.4.2.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	957.061,33	1.107.113,35
2.1.1.4.3.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	15.691,35	5.800,35
2.1.3.0.0.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	146.208,33	240.114,45
2.1.3.1.0.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	146.208,33	240.114,45
2.1.3.1.1.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	146.208,33	240.114,45
2.1.4.0.0.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.253,49	(84.089,24)
2.1.4.1.0.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	18.253,49	(84.089,24)
2.1.4.1.3.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Intra OFSS - União	18.253,49	(84.089,24)
2.1.8.0.0.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	11.848,81	33.141,28
2.1.8.8.0.00 - Valores Restituíveis	10.948,81	33.141,28
2.1.8.8.1.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	37.414,67	33.163,86
2.1.8.8.2.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	(26.465,86)	(22,58)
2.1.8.9.0.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	900,00	0,00
2.1.8.9.1.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	900,00	0,00
Total do Passivo Circulante	1.149.063,31	1.314.996,99

c.9. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final de 2021 foi de R\$ 972.752,68.

c.10. Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo:

Ao final do exercício de 2021 ficou fornecedores e contas a pagar no valor de R\$ 146.208,33.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.11. Demais Obrigações A Curto Prazo:

As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações/valores restituíveis no valor de R\$ 10.948,81 mais outras obrigações a curto prazo no valor de R\$ 900,00, totalizando 11.848,81.

c.12. Empréstimos e Financiamentos (Curto Prazo):

Não houve empréstimos a curto prazo.

c.13. Provisões a Curto Prazo:

Não houve provisões a curto prazo.

c.14. Detalhamento Das Provisões a Curto Prazo (MCASP 8ª Edição p. 432)

Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

Passivo Não Circulante		
2.2.0.0.0.00,00 - Passivo não-Circulante	20,599,880,13	3,457,228,92
2.2.1.0.0.00,00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	917,225,63	108,041,90
2.2.1.4.0.00,00 - Encargos Sociais a Pagar	917,225,63	108,041,90
2.2.1.4.2.00,00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	869,403,11	(18,182,39)
2.2.1.4.3.00,00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	47,822,52	126,224,29
2.2.4.0.0.00,00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	84,089,24
2.2.4.1.0.00,00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	0,00	84,089,24
2.2.4.1.3.00,00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS - União	0,00	84,089,24
2.2.7.0.0.00,00 - Provisões a Longo Prazo	19,682,654,50	3,265,097,78
2.2.7.2.0.00,00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	19,682,654,50	3,265,097,78
2.2.7.2.1.00,00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	19,682,654,50	3,265,097,78
2.2.7.2.1.03,00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	21,817,822,20	16,250,767,14
2.2.7.2.1.04,00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	34,679,032,42	28,721,812,25
2.2.7.2.1.05,00 - Plano Previdenciário - Plano de Amortização	(36,814,200,12)	(41,707,481,61)
Total do Passivo Não Circulante	20,599,880,13	3,457,228,92

c.15. Passivo Não Circulante:

As obrigações de longo prazo ao final de 2021 somam R\$ 20.599.880,13, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

c.16. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo:

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final de 2021 foi de R\$ 917.225,63 referente a Encargos Sociais a Pagar.

c.17. Empréstimos e Financiamentos (Longo Prazo):

Não houve.

c.18. Fornecedores e Contas a Pagar (Longo Prazo):

Não houve.

c.19. Provisões a Longo Prazo:

As provisões totalizaram R\$ 19.682.654,50, que são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS, conforme nota técnica, emitida pelo Atuário. As projeções foram realizadas pelo Atuário Sr. Túlio Pinheiro Carvalho, MIBA nº 1626. Avaliação Ano Base 2021, Data Base 31/12/2020.

c.20. Memória De Cálculo Das Provisões Matemáticas Previdenciárias:

Contextualização Da Memória De Cálculo Das Provisões Matemáticas Previdenciárias:



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Provisões Matemáticas a Contabilizar em 31 de dezembro de 2020.

2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	19.682.654,50
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$	-
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	-
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$	-
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	21.817.822,20
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	25.475.970,82
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	(1.382.764,32)
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	(200.807,10)
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	(2.074.577,20)
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$	-
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	34.679.032,42
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	57.301.416,05
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	(6.894.949,05)
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	(10.285.533,87)
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$	(5.441.900,71)
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$	-
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$	(36.814.200,12)
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$	(36.814.200,12)
2.2.7.2.1.06.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$	-
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$	-
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$	-
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$	-
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$	-
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$	-
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$	-
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$	-

40. Parecer atuarial: documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Detalhamento Das Provisões (MCASP 8ª Edição p. 432)





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

8. OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

A presente Avaliação Atuarial compreende o cálculo atuarial referente à configuração de custeio atualmente vigente no âmbito do plano de benefícios do RPPS de VERTENTE DO LÉRIO - PE, conforme pode ser visto nos Anexo 3 e 6.

O estudo atuarial tem por finalidade primordial evidenciar a necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência Social, na data da avaliação, com vista à obtenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA – exigido pela legislação federal.

8.1. Rentabilidade Nominal dos Ativos

A meta da rentabilidade anual determinada na política de investimentos foi 10,62% e a rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios foi de 8,71%, sendo 82,02% da meta estipulada.

8.2. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos

O Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos foi estimado, conforme a presente Avaliação Atuarial, no montante de R\$ 25.475.970,82 (vinte e cinco milhões quatrocentos e setenta e cinco mil e novecentos e setenta reais e oitenta e dois centavos).

8.3. Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder

O Valor Presente dos Benefícios a Conceder foi mensurado, conforme a presente Avaliação Atuarial, no valor total de R\$ 57.301.416,05 (cinquenta e sete milhões trezentos e um mil e quatrocentos e dezesseis reais e cinco centavos).

8.4. Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder

As Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder totalizam R\$ 34.679.032,42 (trinta e quatro milhões seiscentos e setenta e nove mil e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos). É o resultado da subtração do Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder pelo Valor Presente Atuarial das Contribuições Futuras e pelo Valor Atual da Compensação Financeira e Receber. Quanto a Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos, o valor total é R\$ 21.817.822,20 (vinte e um milhões oitocentos e dezessete mil e oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos).

8.5. Ativo Líquido do Plano

O presente RPPS apresentava um ativo líquido, na data-base da Avaliação Atuarial, na importância de R\$ 12.787.224,83 (doze milhões setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos). Sua Composição é totalmente em aplicações e conta corrente.

8.6. Valor Atual da Compensação Previdenciária – A Receber

O Valor Presente da Compensação Previdenciária Futura a Receber do RGPS pelo presente RPPS foi estimado em R\$ 7.516.477,91 (sete milhões quinhentos e dezesseis mil e quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos).

8.7. Valor Atual da Compensação Previdenciária – A Pagar

A avaliação incorpora a mensuração do montante da Compensação Previdenciária a ser paga pelo RPPS, como regime de origem, ao RGPS, como regime instituidor, na dependência do cadastro do RPPS apresentar ex-segurados nesta situação. Entretanto, na data-base da avaliação, o RPPS não dispunha de tal cadastro, não se prevendo aqui qualquer compensação desta específica natureza.





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Não obstante, considerou-se nula a rotatividade do emprego em grupo fechado dos atuais segurados ativos analisados, não se prevendo o pagamento de qualquer outra Compensação Previdenciária futura em favor do Regime Geral de Previdência Social, ou de outro Regime Próprio de Previdência Social, relativa aos atuais segurados ativos.

8.8. Valor Atual das Contribuições Regulamentares Futuras

O Valor Atual das Contribuições Regulamentares Futuras, ou Valor Presente Atuarial das Contribuições Normais Futuras foi mensurado em R\$ 18.764.054,34 (dezoito milhões setecentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), já líquidas das despesas administrativas e do custo suplementar, sendo R\$ 6.894.949,05 (seis milhões oitocentos e noventa e quatro mil e novecentos e quarenta e nove reais e cinco centavos) relativos às contribuições do Ente Federativo, e R\$ 11.869.105,29 (onze milhões oitocentos e sessenta e nove mil e cento e cinco reais e vinte e nove centavos) das contribuições dos servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas na forma da Lei.

8.9 Valor Atual da Integralização das Reservas a Amortizar

De acordo com a Portaria MPAS nº. 464/18 e suas Instruções Normativas, as provisões matemáticas calculadas em Avaliação Atuarial devem ter previsto um prazo conforme o estipulado no artigo 6º da Instrução Normativa nº 07/2018:

- 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do primeiro plano de amortização implementado pelo ente federativo após a publicação da Instrução Normativa nº 07/2018;
- Conforme fórmula considerando a duração do passivo com parâmetro para o cálculo do LDA; ou
- Conforme fórmula considerando a sobrevida média dos aposentados e pensionistas como parâmetro para cálculo do LDA.





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

8.10. Resultado Atuarial

No presente estudo atuarial estimou-se um déficit da ordem de R\$ 6.895.429,67 (seis milhões oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), considerando-se o plano de amortização vigente à época do cálculo, e estimou-se um déficit da ordem R\$ 43.709.629,79 (quarenta e três milhões setecentos e nove mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e nove centavos) sem considerar o plano de amortização vigente à época do cálculo.

8.10.1. Evolução do Resultado Atuarial

Faz-se, na presente seção, a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, em conformidade com o disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 8, de 21 de dezembro de 2018.

QUADRO 02. EVOLUÇÃO DO RESULTADO ATUARIAL

Resultado Atuarial		
Dez/20	Dez/19	Dez/18
-R\$ 6.895.430	R\$ 439.338	R\$ 7.305.238,52

O agravamento do resultado deu-se, principalmente, pela redução da taxa de juro de longo prazo e alteração das tábuas de sobrevivência.

8.11. Plano de Custeio

8.11.1 Contribuições Correntes

O plano de benefícios considerado na execução desta Avaliação Atuarial encontra-se observando atualmente as seguintes alíquotas de contribuição previdenciária, a saber:

- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores efetivos;
- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o teto de remuneração do RGPS;
- 16,60% (dezesseis vírgula sessenta por cento) para o ente federativo; e
- Alíquota extraordinária conforme tabela a seguir:

Ano	C.S.
2021	6,00%
2022	10,00%
2023	14,00%
2024	18,00%
2025	22,00%
2026	26,00%
2027	30,00%
2028	34,00%
2029	38,00%
2030	42,00%
2031	46,00%
2032	50,00%
2033	54,00%
2034	58,00%
2035	62,00%
2036	66,00%
2037	70,00%
2038	74,00%
2039	78,00%
2040	82,00%
2041	86,00%
2042	90,00%
2043	94,00%
2044	98,00%
2045	102,00%

8.11.2 Contribuições Normais

A alíquota normal de contribuição necessária ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA – deste RPPS, no que concerne aos benefícios a serem acurados, foi estimada em 26,89% (vinte e seis vírgula oitenta e nove por cento), já desconsiderando o efeito das despesas administrativas. O quadro a seguir mostra as alíquotas necessárias calculadas em função do benefício a ser financiado.





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

QUADRO 03. PERCENTUAL DAS CONTRIBUIÇÕES NORMAIS

BENEFÍCIO	ALÍQUOTA
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória.	22,19%
Aposentadoria por Invalidez	1,32%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	1,47%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Cont. e Comp.	1,91%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,00%
TOTAL	26,89%

A alíquota normal total de contribuição, adicionada à taxa de administração, é de 28,89% (vinte e oito vírgula oitenta e nove por cento), em virtude da mudança imposta pela Emenda Constitucional nº 103/19, a alíquota do servidor público não pode ser inferior ao servidor da União, sendo este de 14,00% (quatorze por cento). Portanto caberia ao ente uma alíquota normal de 14,89% (quatorze vírgula oitenta e nove por cento). Como a alíquota normal do ente é superior a esta, então se sugere a manutenção da atual alíquota normal ao ente e mudar a alíquota do servidor.

8.11.3 Custo Suplementar

Os custos suplementares são destinados à amortização do passivo atuarial não fundado do plano. Deve-se entender como passivo atuarial não fundado a discrepância que se desenvolve entre os ativos financeiros do plano e o passivo atuarial determinado prospectivamente. Logo, o custo suplementar é o "custo normal" do plano de benefícios destinado à amortização do Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros – VPABF – da idade atual até a idade de aposentadoria. Finalmente, a insuficiência dos custos normais para amortização do VPABF desenvolve um passivo atuarial não fundado que, em troca, gera a exigibilidade de um custo suplementar que o financie.

O presente RPPS, muito embora tenha apresentado um déficit atuarial na ordem de R\$ 6.895.429,67 (seis milhões oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), considerando o plano de amortização vigente à época do cálculo e estimou-se um déficit da ordem R\$ 43.709.629,79 (quarenta e três milhões setecentos e nove mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e nove centavos) sem considerar o plano de amortização vigente à época do cálculo, encontrar-se-á amortizado ao se considerar a instituição em lei do plano de custeio suplementar indicado nesta avaliação, obtendo assim a condição de equilíbrio financeiro e atuarial.

8.11.4 Base de Incidência das Contribuições

A base de incidência das contribuições do ente federativo e do segurado é regida pela legislação do Ente Federativo, posto que a Lei Federal nº. 10.887, publicada em 18 de junho de 2004, define a base de contribuição da União.

8.12. Projeções Atuariais

O Fluxo de Caixa Atuarial Anual com a evolução estimada do Patrimônio Líquido sob o atual plano de custeio segue apresentados no Anexo 6. Observam-se os valores da coluna de Patrimônio Líquido para verificar a situação de equilíbrio do RPPS, onde este representa o fluxo futuro de contribuições e demais receitas vertidas ao plano, líquido das despesas do plano e acrescido aos ganhos de mercado obtidos com o retorno observado das aplicações financeiras existentes.

8.13. Conclusões

De acordo com, i) a legislação vigente que tange os RPPS, ii) as informações prestadas pelo ente federativo, iii) o rol de benefícios ofertado pelo RPPS, e iv) as hipóteses e o método atuarial de avaliação e custeio adotado, observa-se que o presente Regime Próprio de Previdência Social, sob o enfoque financeiro e atuarial, encontrar-se-á equilibrado em função das seguintes alíquotas de contribuição previdenciárias, a saber:

- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores efetivos;
- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o teto de remuneração do RGPS;
- 16,60% (dezesseis vírgula sessenta por cento) para o Ente Federativo;





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- *Estudar mudanças na legislação visando adaptação ao definido na Emenda Constitucional nº 103/2019; e*
- *Alíquota extraordinária conforme tabela abaixo:*

De acordo com artigo 6º da Portaria 14.816 de 19 de junho de 2020, o plano de amortização com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 464, de 2018 e Instrução Normativa nº 07, de 21 de dezembro de 2018, não será considerado para o exercício de 2020, sendo postergado para o exercício de 2022.

Ano	C.S.	D.P.	S.V.M.
2021	23,06%	23,06%	23,06%
2022	23,41%	23,41%	23,41%
2023	47,52%	36,63%	38,31%
2024	87,62%	67,32%	82,84%
2025	83,19%	63,93%	78,23%
2026	78,95%	60,68%	73,81%
2027	74,89%	57,57%	69,58%
2028	71,00%	54,58%	65,53%
2029	67,27%	51,72%	61,64%
2030	63,70%	48,99%	57,92%
2031	60,28%	46,36%	54,36%
2032	57,00%	43,85%	50,94%
2033	53,85%	41,44%	47,67%
2034	50,84%	39,13%	44,53%
2035	47,96%	36,92%	41,53%
2036	45,20%	34,80%	38,65%
2037	42,55%	32,77%	35,89%
2038	40,01%	30,83%	33,25%
2039	37,58%	28,97%	30,71%
2040	35,25%	27,18%	28,29%
2041	33,02%	25,47%	
2042	30,89%	23,83%	
2043	28,84%	22,26%	
2044	26,88%	20,76%	
2045	25,00%	19,32%	
2046	23,20%	17,94%	
2047	21,47%	16,61%	
2048	19,82%	15,35%	

2049	18,23%	14,13%	
2050	16,72%		
2051	15,26%		
2052	13,87%		
2053	12,53%		
2054	11,26%		
2055	10,03%		

Eusébio (CE), 30 de abril de 2021.

Túlio Pinheiro Carvalho
Atuário, MIBA nº 1626
ARIMA Consultoria Atuarial, Financeira e Mercadológica LTDA

AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2021
PLANO PREVIDENCIÁRIO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VERTENTE DO LÉRIO
NTA nº 2020.000146.1
VERTENTE DO LÉRIO – PE

Túlio Pinheiro Carvalho, MIBA nº 1626

Versão nº 01

DATA BASE
31 de dezembro de 2020





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.21. Patrimônio Líquido:

O patrimônio líquido da entidade perfez em 2021 o valor de R\$ 11.782.281,55, Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 24.669.560,93.

Patrimônio Líquido		
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	11.782.281,55	24.669.560,93
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	11.782.281,55	24.669.560,93
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	11.782.281,55	24.669.560,93
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	(16.167.489,49)	135.312,72
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(41.277.202,28)	(22.286.426,93)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	25.047.198,23	22.428.158,02
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	62.514,56	(6.418,37)
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	(120.998,68)	1.043.788,05
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	142.795,92	890.152,23
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(263.794,60)	153.635,82
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	15.006.732,69	14.470.795,21
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	15.074.532,13	14.756.226,33
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(113.842,70)	(257.350,57)
2.3.7.1.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	46.043,26	(28.080,55)
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	13.064.037,03	9.019.664,95
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	13.064.037,03	9.019.664,95
Total do Patrimônio Líquido	11.782.281,55	24.669.560,93
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.531.224,99	29.441.786,84

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	24.669.560,93
Resultado do Exercício	11.782.281,55
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.782.281,55

c.22. Ativo Financeiro:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos Financeiro totaliza em 31/12/2021 R\$ 17.447.409,70.

c.23. Ativo Permanente:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos Permanente soma R\$ 16.083.815,29.

c.24. Passivo Financeiro:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos Financeiro no valor de R\$ 1.636.931,46, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 470.268,69 perfazem o total de R\$ 2.107.200,38.

c.25. Passivo Permanente:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente somam R\$ 20.599.880,13.

c.26. Déficit Financeiro (Saldo Patrimonial):

O total do Déficit Financeiro do exercício de 2021, foi de R\$ 33.531.224,99.

c.27. Quadro De Superávit/Déficit Financeiro (§2º Do Art. 43 Da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 15.810.478,24, (superavitário).

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{17.447.409,70}{1.636.931,46} = 10,66$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação desfavorável em que o fundo de saúde não tem saldo do AF para pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um déficit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

a) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

a.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

a.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

a.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

a.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

a.5. Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, Mas Que Não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial:

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

a.6. Informações Relevantes Sobre Transações de Investimentos e Financiamentos Que Não Envolvem o Uso De Caixa:

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

a.7. Eventuais Ajustes Relacionados Às Retenções

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Ademais, não houve operações que impactem significativamente a BP e necessitem de ajustes.

a.8. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

a.9. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 147/2021):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

a.10. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 147/2021):

Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação

a.11. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 147/2021):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

a.12. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 147/2021):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a.13. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 147/2021):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

a.14. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

a.15. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2021, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

a.16. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

a.17. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2021.

a.18. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

a.19. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

a.20. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

a.21. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

a.22. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

a.23. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXERCÍCIO: 2021

a.24. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

a.25. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

a.26. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

a.27. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2021.

a.28. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

a.29. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

a.30. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário Sr (a) Túlio Pinheiro Carvalho. MIBA nº 1626.

Provisões Matemáticas a Contabilizar em 31 de dezembro de 2020.

2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	19.682.654,50
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	RS	-
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	RS	-
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	RS	-
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	RS	-
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	RS	-
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	RS	-
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	RS	21.817.822,20
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	25.475.970,82
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	(1.382.764,32)
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	(200.807,10)
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	(2.074.577,20)
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	RS	-
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	RS	-
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	RS	34.679.032,42
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	57.301.416,05
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	(5.894.949,05)
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	(10.285.533,87)
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	RS	(5.441.900,71)
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	RS	-
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	RS	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	RS	(36.814.200,12)
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	RS	(36.814.200,12)
2.2.7.2.1.06.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	RS	-
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	RS	-
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	RS	-
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	RS	-
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	RS	-
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	RS	-
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	RS	-
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	RS	-



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

40. Parecer atuarial: documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

8.10. Resultado Atuarial

No presente estudo atuarial estimou-se um déficit da ordem de R\$ 6.895.429,67 (seis milhões oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), considerando-se o plano de amortização vigente à época do cálculo, e estimou-se um déficit da ordem R\$ 43.709.629,79 (quarenta e três milhões setecentos e nove mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e nove centavos) sem considerar o plano de amortização vigente à época do cálculo.

8.10.1. Evolução do Resultado Atuarial

Faz-se, na presente seção, a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, em conformidade com o disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 8, de 21 de dezembro de 2018.

QUADRO 02. EVOLUÇÃO DO RESULTADO ATUARIAL

Resultado Atuarial		
Dez/20	Dez/19	Dez/18
-R\$ 6.895,430	R\$ 439.338	R\$ 7.305.238,52

O agravamento do resultado deu-se, principalmente, pela redução da taxa de juro de longo prazo e alteração das tábuas de sobrevivência.

8.11. Plano de Custeio

8.11.1 Contribuições Correntes

O plano de benefícios considerado na execução desta Avaliação Atuarial encontra-se observando atualmente as seguintes alíquotas de contribuição previdenciária, a saber:

- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores efetivos;
- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o teto de remuneração do RGPS;
- 16,60% (dezesseis vírgula sessenta por cento) para o ente federativo; e





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- Aliquota extraordinária conforme tabela a seguir:

Ano	C.S.
2021	6,00%
2022	10,00%
2023	14,00%
2024	18,00%
2025	22,00%
2026	26,00%
2027	30,00%
2028	34,00%
2029	38,00%
2030	42,00%
2031	46,00%
2032	50,00%
2033	54,00%
2034	58,00%
2035	62,00%
2036	66,00%
2037	70,00%
2038	74,00%
2039	78,00%
2040	82,00%
2041	86,00%
2042	90,00%
2043	94,00%
2044	98,00%
2045	102,00%

8.11.2 Contribuições Normais

A alíquota normal de contribuição necessária ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA – deste RPPS, no que concerne aos benefícios a serem acurados, foi estimada em 26,89% (vinte e seis vírgula oitenta e nove por cento), já desconsiderando o efeito das despesas administrativas. O quadro a seguir mostra as alíquotas necessárias calculadas em função do benefício a ser financiado.

QUADRO 03. PERCENTUAL DAS CONTRIBUIÇÕES NORMAIS

BENEFÍCIO	ALÍQUOTA
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	22,19%
Aposentadoria por Invalidez	1,32%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	1,47%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Cont. e Comp.	1,91%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,00%
TOTAL	26,89%

A alíquota normal total de contribuição, adicionada à taxa de administração, é de 28,89% (vinte e oito vírgula oitenta e nove por cento), em virtude da mudança imposta pela Emenda Constitucional nº 103/19, a alíquota do servidor público não pode ser inferior ao servidor da União, sendo este de 14,00% (quatorze por cento). Portanto caberia ao ente uma alíquota normal de 14,89% (quatorze vírgula oitenta e nove por cento). Como a alíquota normal do ente é superior a esta, então se sugere a manutenção da atual alíquota normal ao ente e mudar a alíquota do servidor.

8.11.3 Custo Suplementar

Os custos suplementares são destinados à amortização do passivo atuarial não fundado do plano. Deve-se entender como passivo atuarial não fundado a discrepância que se desenvolve entre os ativos financeiros do plano e o passivo atuarial determinado prospectivamente. Logo, o custo suplementar é o "custo normal" do plano de benefícios destinado à amortização do Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros – VPABF – da idade atual até a idade de aposentadoria. Finalmente, a insuficiência dos custos normais para amortização do VPABF desenvolve um passivo atuarial não fundado que, em troca, gera a exigibilidade de um custo suplementar que o financie.

O presente RPPS, muito embora tenha apresentado um déficit atuarial na ordem de R\$ 6.895.429,67 (seis milhões oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), considerando o plano de amortização vigente à época do cálculo e estimou-se um déficit da ordem R\$ 43.709.629,79 (quarenta e três





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

milhões setecentos e nove mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e nove centavos) sem considerar o plano de amortização vigente à época do cálculo, encontrar-se-á amortizado ao se considerar a instituição em lei do plano de custeio suplementar indicado nesta avaliação, obtendo assim a condição de equilíbrio financeiro e atuarial.

8.11.4 Base de Incidência das Contribuições

A base de incidência das contribuições do ente federativo e do segurado é regida pela legislação do Ente Federativo, posto que a Lei Federal nº. 10.887, publicada em 18 de junho de 2004, define a base de contribuição da União.

8.12. Projeções Atuariais

O Fluxo de Caixa Actuarial Anual com a evolução estimada do Patrimônio Líquido sob o atual plano de custeio segue apresentados no Anexo 6. Observam-se os valores da coluna de Patrimônio Líquido para verificar a situação de equilíbrio do RPPS, onde este representa o fluxo futuro de contribuições e demais receitas vertidas ao plano, líquido das despesas do plano e acrescido aos ganhos de mercado obtidos com o retorno observado das aplicações financeiras existentes.

8.13. Conclusões

De acordo com, i) a legislação vigente que tange os RPPS, ii) as informações prestadas pelo ente federativo, iii) o rol de benefícios ofertado pelo RPPS, e iv) as hipóteses e o método atuarial de avaliação e custeio adotado, observa-se que o presente Regime Próprio de Previdência Social, sob o enfoque financeiro e atuarial, encontrar-se-á equilibrado em função das seguintes alíquotas de contribuição previdenciárias, a saber:

- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores efetivos;
- 14,00% (quatorze por cento) para os servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o teto de remuneração do RGPS;
- 16,60% (dezesseis vírgula sessenta por cento) para o Ente Federativo;
- Estudar mudanças na legislação visando adaptação ao definido na Emenda Constitucional nº 103/2019; e
- Alíquota extraordinária conforme tabela abaixo:

De acordo com artigo 6º da Portaria 14.816 de 19 de junho de 2020, o plano de amortização com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 464, de 2018 e Instrução Normativa nº 07, de 21 de dezembro de 2018, não será considerado para o exercício de 2020, sendo postergado para o exercício de 2022.

Ano	C.S.	D.P.	S.V.M.
2021	23,06%	23,06%	23,06%
2022	23,41%	23,41%	23,41%
2023	47,52%	36,63%	38,31%
2024	87,62%	67,32%	82,84%
2025	83,19%	63,93%	78,23%
2026	78,95%	60,68%	73,81%
2027	74,89%	57,57%	69,58%
2028	71,00%	54,58%	65,53%
2029	67,27%	51,72%	61,64%
2030	63,70%	48,99%	57,92%
2031	60,28%	46,36%	54,36%
2032	57,00%	43,85%	50,94%
2033	53,85%	41,44%	47,67%
2034	50,84%	39,13%	44,53%
2035	47,96%	36,92%	41,53%
2036	45,20%	34,80%	38,65%
2037	42,55%	32,77%	35,89%
2038	40,01%	30,83%	33,25%
2039	37,58%	28,97%	30,71%
2040	35,25%	27,18%	28,29%
2041	33,02%	25,47%	
2042	30,89%	23,83%	
2043	28,84%	22,26%	
2044	26,88%	20,76%	
2045	25,00%	19,32%	
2046	23,20%	17,94%	
2047	21,47%	16,61%	
2048	19,82%	15,35%	





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

2049	18,23%	14,13%	
2050	16,72%		
2051	15,26%		
2052	13,87%		
2053	12,53%		
2054	11,26%		
2055	10,03%		

Eusébio (CE), 30 de abril de 2021.

Túlio Pinheiro Carvalho
Atuário, MIBA nº 1626
ARIMA Consultoria Atuarial, Financeira e Mercadológica LTDA

**AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2021
PLANO PREVIDENCIÁRIO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VERTENTE DO LÉRIO
NTA nº 2020.000146.1
VERTENTE DO LÉRIO – PE**

Túlio Pinheiro Carvalho, MIBA nº 1626

Versão nº 01

a.31. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2021.

RENATO LIMA DE SALES
Prefeito

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0

